

Demonstrações Financeiras

Infra6 Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Infra6 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra6 Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado do abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e as outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra6 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa 6 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, possuindo um elevado grau de dependência com relação à estas partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada à esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Dias F. Silva', with a horizontal line extending to the right.

Leandro Dias F. Silva
Contador CRC – SP278005/O

Infra6 Participações S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	19
		-	19
Não circulante			
Partes relacionadas	6	45.911	63.250
Investimentos	7	123.449	59.901
		169.360	123.151
Total do ativo		169.360	123.170
Passivo			
Circulante			
Debêntures	8	9.986	8.352
		9.986	8.352
Não circulante			
Debêntures	8	69.567	75.733
Partes relacionadas	6	72.763	72.749
		142.330	148.482
Patrimônio líquido			
Capital social	9	2	2
Prejuízos acumulados		(47.168)	(33.666)
Reserva de lucros a realizar		64.210	-
Total do patrimônio líquido/(passivo à descoberto)		17.044	(33.664)
Total do passivo e do patrimônio líquido		169.360	123.170

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	10	(31)	(65)
Resultado de equivalência patrimonial	7	64.210	13.947
Outras receitas (despesas) operacionais	7	(662)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		63.516	13.882
Receitas financeiras	11	-	805
Despesas financeiras	11	(12.809)	(19.841)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(12.809)	(19.036)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		50.708	(5.154)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		50.708	(5.154)
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação		23,785	(2,577)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	50.708	(5.154)
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	-	-
Total do resultado abrangente	<u>50.708</u>	<u>(5.154)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos Acumulados	Reservas de lucros a realizar	Lucros/ (prejuízos) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2	-	(28.512)	-	-	(28.510)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(5.154)	(5.154)
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	(5.154)	-	5.154	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2	-	(33.666)	-	-	(33.664)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.708	50.708
Reserva de lucros a realizar	9			-	64.210	(64.210)	-
Transferência do prejuízo acumulado				(13.502)		13.502	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2	-	(47.168)	64.210	-	17.044

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	50.708	(5.154)
Ajustes para conciliar o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Juros e atualizações sobre as debêntures	12.298	11.752
Resultado de equivalência patrimonial	(64.210)	(13.947)
Amortização dos custos de emissão de debêntures	508	740
Ajuste de investimento	662	-
	(34)	(6.609)
(Aumento) redução nos ativos/ Aumento (redução) nos passivos		
Impostos a recuperar	-	43
Juros e atualizações pagos sobre as debêntures	(5.975)	(1.296)
Impostos e contribuições a recolher	-	(1)
	(5.975)	(1.297)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(6.009)	(7.863)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	17.354	56.820
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	17.354	56.820
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Custo de transação	-	(2.471)
Amortização de principal das debêntures	(11.364)	(46.468)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(11.364)	(48.939)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(19)	18
No início do exercício	19	1
No final do exercício	-	19
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(19)	18

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Infra6 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2019 com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar sala F, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras Companhias como acionista e possui prazo de duração indeterminado.

A Companhia iniciou suas atividades em 31 de maio de 2019, sendo que nesta data aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações onde os recursos foram destinados para a subscrição e integralização de capital social de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), do mesmo grupo econômico da Companhia, a fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente à 5ª Rodada de Concessões Aeroportuárias realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes das suas obrigações, conforme prazos divulgados na nota explicativa nº 8. O Capital Circulante Líquido “CCL” da Empresa em 31 de dezembro de 2023 está negativo em R\$9.986 (negativo em R\$8.333 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentava o patrimônio líquido negativo. Ressaltamos que a Companhia está apresentando uma evolução em 2023 no fluxo de passageiros nos terminais rodoviários, aeroportos e portos em sua investida Socicam infraestrutura e participações, o que gerou lucro suficiente para reverter em 2023, o passivo a descoberto, além de ter apresentado lucro nos últimos 2 anos, a administração tem ciência que a perspectiva do crescimento sobre esse fluxo é continua tendo uma média de 15% a 25% em nossas operações. Além disso a Companhia estima receber dividendos suficientes para equilibrar o seu fluxo financeiro no curto prazo, caso contrário, contratos de mútuos poderão ser celebrados entre a Companhia outras partes relacionadas do Grupo, uma vez que o Grupo possui recursos suficientes para liquidar tais obrigações no curto prazo.

Diante do exposto acima, a Administração entende não haver um risco em sua continuidade operacional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2024.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "avaliadas ao valor justo por meio do resultado". Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

2.4. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Reconhecimento inicial e mensuração

- Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

2.5.2. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

- A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação;

- A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Mensuração subsequente--Continuação

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável;

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado;

- Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures): após reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido, exceto o valor recuperável, é constituída uma provisão para deterioração, ajustado o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Debêntures

Os recursos financeiros obtidos através de debêntures são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada. São classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após as datas dos balanços.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo.

Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

2.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240.

A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e os custos incorridos sobre as debêntures e são registrados no período em que são incorridos.

2.12. Resultado por ação (básico e diluído)

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando quando aplicáveis ajustes de desdobramento.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao *IAS 12 Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023-- Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

*Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12--
Continuação*

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois a Companhia não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Normas emitidas, mas não vigentes

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Normas emitidas, mas não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A diretoria está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1.1. Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas no período demonstrado.

3.1.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir:

a) *Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

i) Risco financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco.

ii) Risco de compliance

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal. Para evitá-lo a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia.

iii) Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício da atividade da Companhia.

O trabalho desenvolvido pelas equipes internas que atuam juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos realiza-se por meio do monitoramento dos processos sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

iv) Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interno quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia. São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia em dar resposta as mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos.

A Companhia monitora continuamente esses eventos de risco buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Companhia está exposta.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem as Companhias do grupo e ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

ii) Risco de créditos

Risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a política da Companhia do grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes baseada em informações históricas e é incluída nas despesas de vendas.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aplicações financeiras (a)	-	19
	<u>-</u>	<u>19</u>

(a) As aplicações financeiras são representadas principalmente por aplicações no fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF Referenciado DI, com baixo risco e alta liquidez apresentando remuneração média de 97,47% em 2023 e 2022 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

6. Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.	2.574	2.574
Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda	43.337	60.676
Ativo não circulante	45.911	63.250
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	72.763	72.749
Passivo não circulante	72.763	72.749

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido.

Os saldos a receber pela entidade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto, com o objetivo de suportar a operação das concessões naquelas entidades.

Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto, originários basicamente operações de investimento.

7. Investimentos

	% - Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	62,50	62,50	197.516	95.842	102.735	22.316	123.449	59.901	64.210	13.947
Total							123.449	59.901	64.210	13.947

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

A movimentação dos investimentos é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	59.901	45.954
(+) Resultado de equivalência patrimonial	64.210	13.947
(-) Outros	(662)	-
	<u>123.449</u>	<u>59.901</u>

8. Debêntures

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Debêntures	81.516	86.556
(-) custo de transação	(1.963)	(2.471)
	<u>79.553</u>	<u>84.085</u>
Circulante	9.986	8.352
Não circulante	69.567	75.733
	<u>79.553</u>	<u>84.085</u>

8.1. Características da emissão

Em 31 de agosto de 2022, conforme termo assinado, a Companhia quitou a 1ª emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

Em 23 de julho de 2021 a Companhia fez a 2ª emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

O valor total da emissão foi de R\$90.000, na data de emissão sendo 90.000 *debêntures* no valor nominal unitário de R\$1.

As *debêntures* O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo que a primeira parcela será devida em 15 de junho de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização.

As *debêntures* farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescido de uma sobretaxa equivalente a 10,00% ao ano, conforme aprovação em AGE realizada em 22 de julho de 2021.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.2. Cronograma dos vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2023:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2023	-	8.352
2024	10.494	9.911
2025	11.468	10.902
2026	12.615	11.993
2027	13.864	13.180
2028	15.277	14.524
2029	16.791	15.962
2030	1.007	1.732
	<u>81.516</u>	<u>86.556</u>

8.3. Garantias

As *debêntures* possuem as seguintes garantias reais:

- (a) Fiança da Socicam Administração de Projetos e Representações Ltda.;
- (b) Fiança da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.;
- (c) Fiança do acionista Sr. José Mario de Freitas;
- (d) Cessão fiduciária dos direitos creditórios não imobiliários dos estacionamentos dos Terminais Rodoviários Tietê e Barra Funda, atuais e futuros, durante a vigência da emissão, com valor projetado de R\$159 milhões.

Serão depositados os direitos creditórios acima referidos nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Primeira Emissão de *Debêntures* Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição” e tem como Agente Fiduciário a Planner Corretora de Valores S.A.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.4. Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures emitidas possuem cláusulas específicas que descrevem eventos que podem acarretar no vencimento antecipado automático das debêntures, independentemente, de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas eventos de vencimento antecipado não automático, onde, em caso de ocorrência do respectivo evento, e caso não sanados no prazo de cura, quando aplicável, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Na escritura de debêntures estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado ("*covenants*") que não estão atreladas a indicadores financeiros, os quais estavam cumpridos pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Além disso existe cláusula relacionada ao cumprimento de determinados índices e indicadores financeiros, a qual apresentamos a seguir:

Não observância, pela FMFS – Participações e Empreendimentos Ltda ("FMFS"), controladora indireta da Empresa, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, até a data de vencimento das Debêntures Privadas, dos seguintes índices financeiros, calculados anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras da FMFS auditadas e apresentados ao Agente Fiduciário no prazo de 120 dias. Os índices financeiros aqui mencionados serão calculados pela Termini e/ou pela FMFS levando-se em conta os resultados consolidados auditados da FMFS, e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações enviadas pela Termini e/ou pela FMFS ao Agente Fiduciário, juntamente com os demonstrativos financeiros, que devem incluir a memória de cálculo, elaborada pela Emissora e/ou pela FMFS.

- a.1)** Razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" sendo menor ou igual a: (i) 6,10 (seis inteiro e dez centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) 4,00 (quatro inteiros) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (iv) 3,10 (três inteiros e dez centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento;
- a.2)** Dívida Bruta menor ou igual (i) R\$ 650.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) R\$ 630.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

Demonstramos a seguir o cálculo dos *covenants* consolidados da FMFS principal responsável pelo cumprimento dos indicadores mencionados anteriormente

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.4. Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação

	Consolidado FMFS	
	2023	2022
		(reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	109.631	198.096
Debentures	176.993	185.572
CRIs	317.978	339.595
Dívida bruta	604.602	723.263
(-) Operações estruturadas	(54.250)	(42.603)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(59.337)	(157.151)
Dívida líquida	491.015	523.509
EBTIDA	184.377	128.857
Relação entre a dívida líquida EBTIDA	2,66	4,06

A Administração monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Empresa.

Em 31 de dezembro de 2022, os ajustes de correção dos erros da reapresentação das demonstrações financeiras (nota explicativa 2.24), impactaram significativamente a dívida líquida consolidada da FMFS que passou a não atingir os índices necessários para o cumprimento dos *covenants* nesse exercício. O descumprimento deixou a Empresa em *default* e *cross default* com as obrigações de *covenants*, dessa forma, as parcelas à vencer de longo prazo na controladora R\$273.233 e consolidado R\$352.134, foram reclassificados para o passivo circulante. Em 2024, a Empresa obteve o *waiver* das instituições financeiras afetadas pelo *default* dos *covenants*, e os saldos de 31 de dezembro de 2023, foram apresentados regularmente segregados entre o passivo circulante e não circulante de consonância com os vencimentos vigentes dessas dívidas.

8.5. Movimentação das debêntures no período

A movimentação das *debêntures* no período é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	86.556	122.568
Juros e atualizações incorridos(as)	12.298	11.752
Amortização do principal	(11.364)	(46.468)
Amortização de juros	(5.975)	(1.296)
Saldo final	81.516	86.556

8.6. Movimentação dos custos de transação no período

A movimentação dos custos de transação no período é como segue:

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.6. Movimentação dos custos de transação no período – Continuação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	2.471	740
Adições	-	2.471
Amortização	(508)	(740)
Saldo final	<u>1.963</u>	<u>2.471</u>

9. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$2 e está representado por 2.000 ações ordinárias no valor de R\$1 (valor expresso em reais) cada.

	<u>Nº de quotas</u>	<u>Participação %</u>
José Mario Lima de Freitas	1.000	50%
Marcelo Lima de Freitas	1.000	50%

9.1. Destinação do resultado

Reserva legal - é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social ou facultada a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

Reserva de lucros a realizar - corresponde à parcela do lucro não realizado referente ao resultado da equivalência patrimonial.

O cálculo da reserva de lucros a realizar está demonstrado como segue:

Reserva de lucros a realizar no início do exercício	-
Resultado de equivalência patrimonial	64.210
Reserva de lucros a realizar	64.210

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços prestados	-	(22)
Outros tributos, taxas e contribuições	(31)	(43)
	(31)	(65)

11. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita com aplicação financeira	-	-
Outras receitas financeiras	-	805
	-	805
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(3)	(1)
Juros e atualizações sobre debêntures	(12.298)	(11.752)
Custo na emissão das debêntures	(508)	(6.898)
Outras despesas financeiras	-	(1.190)
	(12.809)	(19.841)
	(12.809)	(19.036)

12. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	50.708	(5.154)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas <u>Vigentes</u>	(17.241)	1.752
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporárias	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	21.831	4.742
Prejuízo fiscal e base negativa à alíquota fiscal vigente - não reconhecido	(4.591)	(6.494)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Empresa efetua uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

13.1. Gerenciamento de risco

A Empresa possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

13.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

13.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros, cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Membros da Administração

José Mario Lima de Freitas
Diretor Geral

Marcelo Lima de Freitas
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador - 1SP243887/O-3
